

Juventudes e participação: os atores de uma nova dimensão do político: o caso do Levante Popular da Juventude.

Avanços de investigação em curso

Silvio Cesar Oliveira Benevides

(Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB).

Sóstenes Aroeira da Luz

(Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB).

RESUMO:

O modelo de interpretação sobre a juventude e sua relação com a política que considera apenas os meios tradicionais de participação corresponde a concepções particulares dessa relação, criadas historicamente com a construção da sociedade burguesa, pautada em concepções herdadas pela democracia liberal moderna, com um sistema eleitoral e instituições concebidas como eminentemente políticas. Tal noção, porém, exclui outras possibilidades de representá-la e assumi-la na prática, pois desconsidera um conjunto de dispositivos culturais que operam como formas (re)criadas de representação e de práticas políticas como ocorre nas ações do Levante Popular da Juventude (LPJ), que engloba diferentes bandeiras defendidas pelas juventudes de todo o país, sendo composto por estudantes secundaristas e universitários, assim como, jovens das periferias urbanas e do campo.

Palavras-Chave: política, juventude, LPJ.

As sociedades contemporâneas estão imersas em um processo de transformação mais dinâmico do que o experimentado pelas sociedades anteriores. Esse processo é dotado, segundo Beck (1997), de um duplo movimento: a desincorporação das formas sociais produzidas pela sociedade industrial e a reincorporação dessas mesmas formas em outras que remetem a sociedade industrial à modernidade reflexiva. Independente de sua natureza, todas as modificações ocorridas no contexto atual geram inseguranças de toda ordem nos mais diversos segmentos da vida social, fazendo emergir o que o autor denomina de sociedade de risco, propensa a mudanças e orientada, segundo Giddens (2002), pelo desejo de determinar seu próprio futuro, em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou à natureza. Dessa forma, a ação dos atores sociais, hoje, está sempre orientada para o futuro. Este não significa algo que está por vir, mas, sim, um futuro pautado no presente reflexivamente organizado; pois as mudanças processadas nos aspectos íntimos da vida pessoal (auto-identidade) aproximam-se de conexões sociais de grande amplitude nos variados espaços da modernidade tardia. São esses aspectos que constituem a participação política na atual etapa da modernidade. Assim, há uma demanda por um novo padrão de política emancipatória que incorpore em seus valores as especificidades dos diferentes sujeitos sociais.

Para Giddens (2002), é cada vez mais notório que as escolhas de estilos de vida permitem a emergência de questões morais que já não podem ser mais descuradas, proteladas ou simplesmente esquecidas pelas instituições ou pela sociedade como um todo. Tais questões reclamam para si formas de engajamento que os atores contemporâneos organizados em movimentos sociais apregoam e auxiliam no seu processo de fundamentação. É esse o sentido do que o autor denomina de política-vida, a qual exige que o indivíduo se constitua como um agente capaz de planejar, compreender, projetar e agir, pois trata da auto-realização humana reflexivamente organizada tanto no plano coletivo, quanto no individual, vinculando o eu e o corpo a sistemas de alcance global, por meio da ação no cotidiano. Por ligar essas duas dimensões, a vida politizada traz para o primeiro plano questões morais e, até mesmo, existenciais normalmente negligenciadas pelas instituições centrais da modernidade. Essas questões

demandam uma remoralização da vida social em todas as esferas, das mais íntimas às mais universais. Por essa razão, os problemas que a política-vida busca suplantar não se enquadram de maneira fácil aos padrões que usualmente orientam a política institucionalizada. Tal visão de vida politizada, também, se caracteriza por possibilitar uma ação individual e coletiva, que pode promover o surgimento de variadas formas políticas que se distinguem, sobremaneira, daquelas predominantes no âmbito dos Estados e das esferas de interação global. Esse movimento é denominado por Beck (1997) de subpolítica, cuja dinâmica congrega tanto o aparato governamental, quanto as opiniões e julgamentos dos inúmeros atores sociais organizados e engajados nas mais diferentes causas, voltadas, quase sempre, para temas como o equilíbrio sócio-ambiental, a defesa e ampliação dos direitos humanos, entre outros.

Estes temas, cada vez mais disseminados no senso comum, não tiveram origem nos meios políticos tradicionais ou no mundo dos negócios ou da ciência. Originaram-se entre os cidadãos organizados à margem dos aparatos da política e do conhecimento institucionalizados. Assim, a subpolítica moldou a sociedade de baixo para cima, alterando as regras do jogo político e possibilitando a participação de agentes externos ao sistema político ou corporativo e de indivíduos, haja vista que, também, incorpora a subjetividade dos sujeitos nos seus fundamentos. Dessa maneira, a defesa dos direitos e luta pelo reconhecimento das identidades passaram a ocupar um lugar de destaque nas preocupações dos atores e dos movimentos sociais contemporâneos.

Os novos conflitos e antagonismos trazidos à baila pela atuação dos atores sociais contemporâneos são a base da interação social, e a luta por reconhecimento, a sua gramática moral (HONNETH, 2003). Para garantir que os direitos humanos sejam assegurados e as diferenças reconhecidas, é preciso promover ações coletivas organizadas. Bauman (2003) afirma que o princípio dos direitos humanos produz um efeito estimulante, pois incita a produção e perpetuação da diferença do mesmo modo que aglutina em torno dela os esforços em favor da construção de uma comunidade. Esta, porém, será inclusiva somente se a questão do reconhecimento for assentada no terreno da justiça social, que para contemplar de maneira adequada as demandas atuais, deve combinar a redistribuição com o reconhecimento (FRASER, 2001).

As demandas por reconhecimento e redistribuição são o caminho da luta política para superar injustiças econômicas e culturais e para a promoção da justiça social, segundo Fraser (2001). Essa perspectiva está em consonância com a opinião expressa por muitos jovens militantes de movimentos sociais na Região Metropolitana de Salvador, já que, de acordo com Benevides (2009), a maioria definiu a justiça social como igualdade de direitos e de oportunidades para todos. Entretanto, essa igualdade não pode ser entendida como algo que suprime as subjetividades. Trata-se tão somente de igualdade de direitos e deveres, pois o respeito e a aceitação, ou seja, o reconhecimento das subjetividades responsáveis pela pluralidade social se constitui num elemento deveras importante para a noção de justiça social no mundo contemporâneo. Essa percepção aparece de maneira bastante clara na fala de muitos jovens entrevistados por Benevides (op.cit.). Segundo um deles, justiça social: “significa igualdade de direitos, mas para isso é preciso considerar as diferenças de classe, as subjetividades, enfim, a justiça social deve promover a igualdade respeitando as diferenças, as subjetividades”. Seguindo essa mesma idéia, outros dois entrevistados definiram justiça social como “a promoção e a garantia do mínimo de dignidade social a partir do respeito pelas diferenças” e como o desenvolvimento de “mecanismos para que as pessoas tenham os mesmos direitos e oportunidades, a fim de que todos tenham uma real possibilidade de alcançar os seus objetivos, independente das origens sociais, da religião, da raça, da sexualidade de cada um”. Para outra entrevistada, justiça social alude à igualdade de direitos e deveres, a qual ocorre por meio de “políticas públicas voltadas para o combate aos preconceitos e desigualdades históricas”.

Igual importância tem a noção de direitos humanos para a política hoje. Sendo um princípio fundamental nas relações sociais e políticas contemporâneas a violação dos direitos humanos, em hipótese alguma, se justifica, pois rompe com princípios que fundamentam a vida coletiva, limitando, sobremaneira, as condições de vida e, também, a dignidade dos indivíduos, o que contribui significativamente para o aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse sentido é que os direitos humanos são comumente apontados por muitos militantes de diversos movimentos políticos como primordiais no que tange à garantia da ordem democrática e social, assim como da liberdade e da pluralidade da vida comunitária, o que traz conquistas para a promoção da igualdade e da justiça social. Sendo assim, os direitos humanos estabelecem uma relação bastante estreita com os princípios da cidadania.

No contexto atual, as razões que levam atores jovens a se mobilizarem e a participarem, diferentemente de outras décadas, não dizem respeito tão somente à defesa de causas vinculadas a utopias ou mesmo relacionadas apenas à clássica oposição capital e trabalho. Hoje, seja através de grupos ou redes, os indivíduos jovens têm se envolvido, também, com inúmeras lutas, abraçado múltiplas novas causas, a exemplo da defesa do meio ambiente, da livre expressão sexual, dos direitos humanos como direitos de todos, da diversidade cultural e das minorias étnicas ou sociais. Do mesmo modo, as prioridades situadas no tempo e no lugar sofreram alterações significativas, pois já não se espera mais que as soluções dos problemas sociais ocorram somente no futuro e, apenas, em escalas macrosociais, conforme sustentam as teorias revolucionárias clássicas. Torna-se, portanto, essencial entender que a participação mais direta dos indivíduos, em geral, e jovens, em particular, na conjuntura atual, tem como característica mais marcante a pluralidade dos conteúdos e das formas de atuar, isto é, a utopia num contexto de interações sociais globalizadas significa estabelecer vínculos entre o particular e o universal e, assim, construir um mundo melhor para todos. Desta maneira, os indivíduos jovens de hoje vão reconstruindo o campo do político com suas práticas e valores inovadores, cujos modos de atuar têm exigido um engajamento mais cotidiano, por meio dos quais as culturas políticas são reconfiguradas. Um exemplo bem ilustrativo de como, hoje, a participação política juvenil tem reconfigurado as culturas políticas contemporâneas, especialmente no que tange às suas ações e manifestações voltadas para a defesa de múltiplas bandeiras que estabelecem um diálogo profícuo entre o particular e o universal e, ao mesmo tempo, mesclam formas tradicionais de luta com formas inovadoras, diz respeito ao Levante Popular da Juventude.

O Levante Popular da Juventude (LPJ) é um movimento juvenil que busca mobilizar as juventudes em torno dos desafios que lhes são postos pelo mundo contemporâneo, a saber, o desemprego, o acesso a moradia, a dificuldade de permanência no ensino público, entre outros. Oriundo do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, o LPJ começou a ser construído a partir de 2005 por jovens ligados a diferentes movimentos sociais, a exemplo da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como resultado dos vários debates travados por eles sobre a situação da juventude brasileira na região sul do país. De acordo com Silva e Ruskowski (2009), o LPJ originou-se de uma provocação da Consulta Popular, organização de viés político-ideológico, constituída em 1997, na qual se articulam vários movimentos sociais, principalmente os do campo, que percebeu a necessidade de unificar as bandeiras de lutas das juventudes rurais e urbanas, sobretudo as juventudes das periferias das grandes cidades, em torno de bandeiras comuns.

Embora as discussões tenham iniciado em 2005, o LPJ começou a se organizar como um movimento social da juventude somente no ano seguinte, quando foi realizado o acampamento no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, Brasil. Este acampamento significou um marco para o movimento, porque, conforme salientam Silva e Ruskowski (2009), além de lançar as bases para o que, posteriormente, viria a ser a estrutura de atuação do LPJ, agregou, também, movimentos indígenas e entidades religiosas, assim como, organizações estudantis. Ademais, salientam os autores, este acampamento gerou como resultado a construção de pautas de reivindicação que englobavam temas

como educação, trabalho e cultura. Tais pautas foram construídas a partir de uma percepção dos jovens de que o principal problema enfrentado pelas juventudes brasileiras estava relacionado à falta de acesso a esses direitos fundamentais.

A pauta da educação, por exemplo, sempre foi considerada prioridade desde as origens do movimento, pois há um entendimento entre os integrantes do LPJ de que por meio de uma educação pública de excelência em todos os níveis de formação o/a jovem pode se profissionalizar e, assim, viabilizar meios que garantam, no futuro, sua subsistência com dignidade. Daí uma das principais bandeiras de luta defendida pelo LPJ ser o Projeto Popular de Educação, que, em linhas gerais, consiste na reivindicação por mudanças profundas na educação do Brasil. Mudanças estas que englobam tanto a reformulação das grades curriculares para que estas contemplem a história dos povos historicamente oprimidos no processo de formação societária brasileira, quanto a garantia de mais investimentos para a educação que ampliem as condições de acesso e assegurem a permanência dos/das jovens das camadas populares nas escolas e universidades até a conclusão dos seus estudos. Ademais, essa reforma educacional proposta pelo LPJ também prevê a implantação de políticas educacionais que contribuam para o fim das desigualdades sociais e do racismo.

Por conta do seu Projeto Popular de Educação, o LPJ estabeleceu, desde o seu processo inicial de construção, um estreito diálogo com o movimento estudantil, especialmente com o movimento estudantil universitário, que surge no interior do LPJ como um caminho de unificação de bandeiras relacionadas aos problemas juvenis, sobretudo, no que diz respeito ao acesso e à permanência em escolas e universidades públicas de excelência. Apesar desse estreito diálogo entre o Movimento Estudantil e o LPJ, este afirma que a sua identidade é juvenil e não estudantil, por acreditar que em comparação com a categoria estudante a categoria juventude é muito mais ampla e democrática, porque, segundo o Zine publicado e distribuído pelo próprio movimento, ela engloba variadas vivências, inclusive aquelas experimentadas por jovens fora do ambiente escolar ou universitário e dentro do mercado de trabalho, gerando, assim, “uma maior identificação e diminuindo o grau de egoísmo das reivindicações”. Ademais, para alguns dos entrevistados nesta pesquisa que integram o LPJ, a juventude parece estar mais relacionada a uma questão de disposição para a luta do que a uma condição biológica, pois, de acordo com a fala de um deles, “se tiver energia é da juventude, independente da idade”.

A hipótese com a qual se trabalha nesse artigo é que o abrangente Projeto Popular de Educação defendido pelo LPJ foi um dos principais (talvez o principal) fatores responsáveis pela unificação das bandeiras defendidas pelas juventudes brasileiras tanto dos campos quanto das cidades e que a unificação em torno desse projeto de educação facilitou, sobremaneira, o crescimento e a nacionalização do Levante, uma vez que este realizou, em vários municípios do Brasil, inúmeras ações com o objetivo de mobilizar as juventudes e informá-las sobre a importância de se defender e lutar por um projeto de cunho popular voltado para a reformulação da educação no país. Hoje, o LPJ está presente em vários Estados da Federação, tais como, Rio Grande do Sul, Rondônia, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, além do Distrito Federal.

No Estado da Bahia, o LPJ chegou ao final de 2011, mas se consolida a partir do I Acampamento Estadual Dois de Julho, realizado em dezembro de 2012 com o objetivo de resgatar a memória do povo baiano, assim como a história das lutas pela independência do Brasil na Bahia, que tem como data máxima o dois de julho de 1823. Na ocasião, os integrantes do Levante marcharam em direção ao aeroporto de Salvador, antes denominado Aeroporto Internacional Dois de Julho e, atualmente, Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, com o intuito de ocupá-lo a fim de exigir a retomada do antigo nome, substituído pelo atual para homenagear o filho morto do então senador da República Antônio Carlos Magalhães. Esta foi a primeira grande ação do LPJ na Bahia, que se encontra presente nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista,

Brumado, Cachoeira, Cruz das Almas, Caetité, Juazeiro, Itabuna, Capim Grosso, Vila do Café, Ilhéus e Guanambi.

Uma característica marcante do LPJ na Bahia é o seu perfil majoritariamente universitário. Isso pode ser comprovado ao observarmos a participação dos integrantes do LPJ nos órgãos universitários de representação estudantil como vozes representativas dos jovens do próprio Levante dentro desses espaços. Do mesmo modo, se analisarmos a composição das direções executivas do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia (DCE-UFBA), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes da Bahia (UEB), do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual Sudoeste da Bahia (DCE-UESB), por exemplo, perceberemos uma significativa participação de integrantes do LPJ em tais organizações. De modo algum, isso quer dizer que o LPJ em geral e, em especial, o baiano não dialogue com outros atores sociais. Significa, apenas, dizer que esse caráter estudantil universitário é uma especificidade do Levante no Estado da Bahia. Tampouco se quer dizer aqui que o LPJ não sofre influências de partidos políticos ou de organizações de perfil próximo e/ou semelhante ao de um partido político, embora nas suas publicações afirme categoricamente não estar ligado a partidos políticos.

Entretanto, alguns jovens do Levante entrevistados nesta pesquisa revelaram que também participam da organização Consulta Popular, oriunda do MST, um dos principais parceiros nas suas ações políticas. Isso indica que eles possuem um engajamento ideológico-partidário bem definido, haja vista que tanto a Consulta Popular se posiciona criticamente frente às diretrizes e iniciativas do governo e, por conseguinte, do PT. Mas, a despeito desse fato, nenhum dos seus integrantes do LPJ, de acordo com as publicações do movimento e das falas dos entrevistados, está obrigado a se comprometer com qualquer tipo de organização partidária. Fica a critério de cada um escolher os caminhos político-ideológicos que deseja trilhar, desde que tal escolha não interfira na autonomia do LPJ. Como relatou uma entrevistada, “não existe um critério de participação [no LPJ], mas a pessoa deve aderir à proposta política do Levante para fazer parte”. De acordo com o Zine editado e distribuído pelo LPJ, a principal proposta do movimento é se constituir numa ferramenta de organização popular.

Acreditamos num levante do povo para acabar com a exploração. Queremos destruir o poder atual, e substituí-lo por um projeto Popular, construído pelo povo e para o povo. Nossa sociedade está organizada de tal forma que uma pequena parte da população explora e domina a maior parte. Isso se dá por diversos modos: nas relações de gênero (entre homens e mulheres) e no controle sobre a sexualidade. Na divisão racial da população, que submete os/as negros/as e índios/as às piores condições de vida. Na opressão geracional (os mais velhos dominam os/as mais novos/as) em que os/as jovens são constantemente afastados/as politicamente das tomadas de decisões. Nas relações entre classes, ou seja, entre os/as que trabalham (trabalhadores/as) e os que tomam para si o produto do trabalho dos outros (burguesia). A solução dos principais problemas que atingem a grande maioria da população só virá a partir da reorganização radical de nossa sociedade. Ou seja, devemos fazer uma revolução (LPJ ZINE, 2011 ou 2012, p.5).

Com se pode perceber, a proposta do LPJ permite que cada jovem construa sua identificação com o movimento a partir de diferentes vivências, perspectivas e/ou recortes, a exemplo do recorte de gênero, de orientação sexual, étnico-racial, geracional ou de classe. Por conta disso, o movimento possui setores de articulação de mulheres, negros, LGBT, trabalhadores rurais, entre outros, para atender às diferentes necessidades e demandas das juventudes, sejam estas de ordem estrutural ou mais relacionadas às subjetividades dos sujeitos.

As ações do LPJ começaram a chamar a atenção dos diferentes veículos de comunicação a partir de 2012. Nesse ano, seus integrantes iniciaram o processo de construção de uma bandeira de luta pelo direito à Memória, Verdade e Justiça contra ditadores/torturadores que, no Brasil, permanecem totalmente impunes. Como o intuito de tornar pública a identidade dos acusados de crime de tortura, que até hoje se escondem por trás dos mecanismos políticos que conduzem à impunidade, o LPJ organizou e realizou escrachos por todo o Brasil.

O escracho consiste numa estratégia de ação por meio da qual o LPJ, após um minucioso e sigiloso processo de investigação, identifica nomes de ex-torturadores do Regime Militar brasileiro para, em seguida, dirigir-se até suas residências e, defronte a elas, realizarem atos de protestos, tornando público o passado desses antigos agentes da repressão. Tais atos englobam desde gritos de ordem contra a impunidade com frases do tipo “aqui mora um torturador”, até manifestações coletivas que envolvem panfletagem, exibição de trabalhos vinculados às artes plásticas e à música, além de representações teatrais, entre outros. De acordo com os integrantes do LPJ entrevistados nesta pesquisa, essa experiência foi inspirada nas práticas dos movimentos sociais chilenos e argentinos, que também denunciaram publicamente as ações repressivas dos seus respectivos regimes ditatoriais. Assim, o LPJ visa mostrar para a sociedade que a não punição dos ex-torturadores nega à população o acesso a dois direitos fundamentais: o direito à memória e à justiça.

Nos círculos militares, os escrachos organizados e promovidos pelo LPJ foram entendidos como provocações. Por outro lado, tais ações fortaleceram o acesso direto às informações e a efetivação da Comissão Nacional pela Memória, Verdade e Justiça. Segundo Baggio (2012), os escrachos do LPJ adquiriram destaque nacional a partir da Cúpula dos Povos, que aconteceu paralelamente ao encontro Rio+20. Durante esses eventos o movimento fez um escracho na casa do ex-capitão da Infantaria do Exército Dulene Aleixo Garcez dos Reis, acusado de comandar as sessões de tortura impetradas ao jornalista e ex-secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário Mário Alves. Após essa ação, outras ocorreram, a exemplo do escracho contra o tenente coronel reformado Maurício Lopes Lima, também no Rio de Janeiro.

Por conta destas ações, o LPJ foi alvo de retaliações por parte dos denunciados por atos de tortura nos tempos da ditadura militar, com ameaças de processos judiciais contra o movimento, a exemplo do que aconteceu no Estado de Sergipe em 2012, por ocasião do escracho direcionado ao médico José Carlos Pinheiro, acusado de nos tempos da ditadura atestar o quanto os presos ainda podiam resistir às torturas. Sentindo-se ofendido, o médico identificou os integrantes do LPJ pelo Facebook e os processou. Por conta disso, ocorreram várias manifestações denunciando a iniciativa do médico em processar o movimento e seus integrantes. Diante da repercussão nacional do fato, o próprio médico desistiu de dar continuidade à ação judicial. Ele, então, de acordo com os integrantes do LPJ entrevistados nesta pesquisa, resolveu contribuir com a Comissão de Verdade, Memória e Justiça, fornecendo informações sobre as ações de repressão em Sergipe. Do mesmo modo, setores reacionários da mídia brasileira, como a Revista Veja e o blog Verdade Sufocada, perpetraram uma campanha difamatória contra os atos e o LPJ. Ademais, o servidor no qual o sítio da organização se encontra hospedado sofreu alguns ataques que impossibilitaram, durante algum tempo, o seu acesso. Concomitantemente inúmeras mensagens de ameaça foram enviadas aos canais de comunicação do LPJ.

A cultura para o LPJ surge como mecanismo de conquista das juventudes, pois possibilita uma abertura maior para a construção de um processo de articulação e valorização das múltiplas identidades dos seus integrantes. Isso se comprova quando os jovens participam e desenvolvem vários tipos de expressões culturais nas células do LPJ sejam no campo da poesia, da música, da dança, do teatro, atos políticos, gritos de ordem e outros campos. Com essa diversidade cultural, o LPJ canaliza essas expressões por meio da tarefa denominada de Agitação e Propaganda (Agit-prop) como estratégia de invenção e execução de ações que viabilizem a criação de canais de diálogo com a população em geral

e como proposta de uma esquerda mais moderna, que pense o/a jovem não só como um sujeito participativo, mas, também, como agentes transformadores tanto da sua realidade social quanto da sua subjetividade individual.

Como se pode perceber, a ação política de indivíduos jovens, na presente década, resulta de um campo de forças duplamente estruturado. De um lado, não é possível negar: há significativos determinantes conjunturais que fazem desses indivíduos importantes agentes na busca de um ideal de sociedade mais justa e inclusiva. De outro, esses indivíduos são atores de um conjunto de forças impulsionadas por eles mesmos enquanto atores que, continuamente, produzem e reproduzem valores e modelos de conduta, de comportamento e de ação, os quais transformam o próprio sentido da transformação. Ampliam-se, assim, os espaços democráticos de participação e o entendimento desta como produto da relação entre sujeitos políticos e culturais, entre objetividade e subjetividade, entre uma esfera meramente individual que se conecta, por meio do trabalho grupal com uma esfera mais coletiva da vida social. Não seria, portanto, inapropriado afirmar a tese de que os atores jovens do século XXI permanecem tão idealistas e dispostos a participar da vida pública quanto aqueles de décadas pretéritas, cujos dilemas e valores ainda se fazem presentes, embora os termos e parâmetros sejam outros. A disposição para contribuir com mudanças sociais significativas continua presente. A expectativa de um desenvolvimento que combine justiça social e liberdade ainda mobiliza o *impetus* de muitos indivíduos jovens. A diferença está no fato de a juventude atual trilhar caminhos outrora inimagináveis, com uma dimensão possível e igualmente legítima do político e, também, por acreditar que para intervir de forma política na sociedade não é preciso, necessariamente, fazê-lo a partir de uma militância estritamente político-partidária.

As juventudes contemporâneas têm se expressado através de uma nova forma de engajamento social, uma nova visão de compromisso político e uma nova forma de atuação que extrapolou os espaços tradicionais de atuação para se derramar nos “interstícios” da sociedade. Nesses domínios, há pouco espaço para esquemas ideológicos cujos fundamentos sustentem a idéia de que se pode esperar pelas transformações em um futuro não muito próximo. Nesse contexto, a revolução deixou de ser pensada como algo que exige uma preparação para acontecer em tempo futuros, para ser concebida como algo que se constrói no dia-a-dia da militância.

Ao considerar tais reflexões, Zaneti (2001) afirma que, atualmente, os jovens continuam almejando um mundo para todos, com uma sociedade mais justa, menos violenta, menos corrupta, menos discriminatória, mais igualitária. Segundo o autor, há entre muitos indivíduos jovens de hoje uma disposição revolucionária para se construir essa sociedade almejada. Entretanto, o que está a ocorrer atualmente, é que tal disposição costuma se dar a partir de um tipo de cooperação que não passa, necessariamente, como geralmente acontecia em décadas pretéritas, pela via parlamentar, político-partidária ou sindical. Como ressalta o cientista político Júlio Buere (*apud* WOYAMES, 2004), a participação política dos atores jovens brasileiros sempre foi significativa, como demonstram os fatos históricos. Entretanto, atualmente, tal participação se diluiu em movimentos alternativos, dos quais fazem parte tanto as ONGs de caráter militante quanto os movimentos juvenis, como o Levante Popular da Juventude e o *hip hop*, por exemplo.

Em outra esfera da vida na juventude, inúmeros movimentos juvenis urbanos, como o *hip hop*, também se constituem, em muitos casos, como uma manifestação político-social expressiva das novas gerações das periferias dos grandes centros urbanos do mundo. Através dos traços coloridos dos grafites, como, também, das rimas e ritmos dançantes do *rap*, o *hip hop*, além de uma expressão artística, também possui um acentuado teor de denúncia, protesto e reivindicação de inclusão social, funcionando, segundo Cachin (1996), como auto-falantes de um universo paralelo. Sejam estes os guetos negros de Nova Iorque, os *banlieues* parisienses ou as periferias das grandes cidades latino-americanas ou africanas, esse universo paralelo é marcado por uma realidade social que submete milhares de jovens ao desemprego, à violência, à discriminação por conta dos seus endereços e ao

preconceito racial e/ou xenófobo. Mesmo se o considerarmos apenas como expressão de uma arte de rua, percebe-se no *hip hop* uma demonstração da capacidade de improviso que esses jovens possuem quando se trata de defender seus conceitos ideológicos e sua visão do mundo no qual vivem. Trata-se, como diz Pais (2006), de uma sensibilidade justiceira voltada para denunciar situações de injustiça com vistas a anunciar outros futuros possíveis. O que esses movimentos juvenis reivindicam, segundo ele, é inclusão, pertencimento e reconhecimento de uma identidade periférica. Desta maneira, o exemplo do *hip hop* mostra como ele se constituiu, com o passar do tempo em um meio político de se viver, de se vestir e, também, de reclamar o direito por espaço público (KITWANA, 2003).

Nesse século, entende-se que a juventude continua sendo fonte de resistência a valores considerados equivocados, insuficientes ou pouco satisfatórios, conforme discutido anteriormente. Entretanto, a resistência e a busca por um projeto renovador dos indivíduos jovens de hoje condicionam sua participação não só às formas tradicionais, mas, também, a formas voltadas para demandas de ordem material e imaterial, cujas preocupações deslocaram-se de um terreno puramente objetivista de ação, centrado numa rígida lógica político-estrutural, para campos igualmente complexos, mas que tomam a subjetividade e a individualidade como relevantes para a constituição do sujeito social que, na modernidade tardia, é, também, um sujeito cívico e político engajado; o que não significa propor que os jovens agora são mais engajados ou politizados que os de outras gerações. Tampouco que a geração de indivíduos jovens, no mundo atual esteja totalmente empenhada na luta pela construção de um projeto de mundo melhor para todos. Afirmar isso, além de expressar uma espécie de ingenuidade tola, seria um paradoxo, haja vista que se trabalhou neste artigo com a idéia de que é a multiplicidade das experiências que forma a percepção e o pensamento da juventude.

A juventude, assim como outras categorias sociais, é perpassada por múltiplas vivências e responde de maneiras variadas às exigências do tempo presente marcado, conforme explanado anteriormente, por uma significativa ambivalência que atinge as diversas instâncias da vida social. Dizer, portanto, que os indivíduos jovens, hoje, são demasiadamente apáticos, conformados, pouco politizados e desprovidos de um espírito renovador capaz de intervir no processo de mudanças sociais, pode traduzir, como discorre Bourdieu (1983), de um lado, uma incapacidade de o observador de se colocar no lugar daquele cujo comportamento observa, e, de outro, a preocupação deste em atribuir objetividade às suas pré-noções. Conforme relatou um dos integrantes do LPJ entrevistado nesta pesquisa, “para os jovens, a política e participação não podem andar separadas, são dois conceitos que se complementam, não existe nenhuma participação sem interesse político, por isso, a política surge como um princípio para condição humana”, idéia próxima ao pensamento de Hanna Arendt sobre a noção de vida ativa. Para se entender a relação de indivíduos jovens de hoje com a política, é necessário abrir mão dessas pré-noções e permitir que as diferentes vozes de indivíduos jovens se expressem. Somente dessa maneira, diz Melucci (1996), a separação entre as gerações será menos provável, e os movimentos juvenis, assim como seus agentes, poderão vir a ser importantes atores na inovação política das sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS:

BAGGIO, Roberta Camineiro. **Marcas da memória**: a atuação da Comissão de Anistia no campo das políticas públicas de transição no Brasil. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2012.48.2.05>. Acesso em: 20 maio 2013.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BENEVIDES, Silvio. **A nova política e a ação de atores jovens nos espaços plurais da sociedade civil**. 2009. 214 f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CACHIN, Olivier. **L’offensive rap**. Paris: Éditions Gallimard, 1996.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora UNB, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo. Editora 34, 2003.
- KITWANA, Baraki. **The hip hop generation**. New York: Basic Civitas Book, 2003.
- LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Caráter e organicidade**. Zine. S.I: s.n. 2011 ou 2012.
- LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Lutar por um projeto popular de educação**. Zine. S.I., nov.2012.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: **Revista Young**, Estocolmo, v.04, n. 02, p. 03-14, 1996.
- PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas juvenis: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. **Levante juventude, juventude é pra lutar: a relação entre esferas de vida e identidade na constituição do engajamento juvenil**. Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/rbcp/article/viewFile/6558/5285>>. Acesso em 25 maio 2013.
- TEODORO, Mikaele. Mais um escrachado no Rio de Janeiro. **Revista Fórum**, São Paulo, jun. 2012. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/06/mais-um-escrachado-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- WOYAMES, Iaçanã, Qual é a do jovem? In: **Revista Ágora**. Belo Horizonte, ano 3, n.3, p.22-23, set., 2004.
- ZANETI, Hermes. **Juventude e Revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.